

O ASSASSINO DO AQUEDUTO E SUA REPRESENTAÇÃO NA LITERATURA POPULAR PORTUGUESA

Nilce Camila de Carvalho¹

RESUMO: Diogo Alves foi um célebre bandido português do século XIX que ficou conhecido como “O assassino do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa”. Sua principal prática criminosa consistia em assaltar e jogar a vítima do alto do Arco Grande a fim de que não houvesse testemunha. Apesar de ter ficado famoso por esses crimes, ele foi julgado e condenado à forca por um outro. Diogo Alves transformou-se em uma lenda urbana. Sua história deu origem a livros, folhetos de cordel e filmes, seus atos são lembrados até hoje pelos lisboetas, uma vez que sua memória ficou atrelada ao aqueduto. Assim, a proposta desse artigo é refletir sobre o personagem, seus crimes e sua lenda, discutindo as suas representações literárias e as explícitas intenções dos autores.

PALAVRAS-CHAVE: Bandido; lenda; literatura popular; representação.

ABSTRACT: Diogo Alves was a famous nineteenth-century Portuguese bandit who became commonly known as "The murderer of the Águas Livres Aqueduct of Lisbon". His main criminal activity was to rob and then throw the victim from the top of the Great Arch, a section of this Aqueduct, intending to left no witnesses. Despite having become famous for those crimes, he was tried and hanged by another. Diogo Alves became an urban legend. His story originated several books, brochures, pamphlets and movies, his crimes are remembered even today by the Lisboans, since his memory has been engraved in the aqueduct. Thus, the aim of this paper is to discuss this character, his crimes and his legend, debating his literary representations as well as the intentions of the authors.

KEYWORDS: Outlaw; legend; popular literature; representation.

Na literatura popular portuguesa existem séries de folhetos de cordel que narram as façanhas de bandidos que se tornaram populares. Sobre esse tema, foram produzidas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, três coleções: “Histórias populares portuguesas”, “Grandes criminosos” e “Criminosos célebres”. Tais folhetos apresentam a vida e os crimes desses homens lendários.

José do Telhado, João Brandão, Diogo Alves e Remexido são os bandoleiros mais destacados na literatura de cordel portuguesa. Todos viveram no século XIX e atuaram em determinadas regiões: Zé do Telhado na região do Minho e Trás-os-montes; João Brandão na Beira; Remexido na serra do Algarve; e Diogo Alves em Lisboa, único bandido urbano entre os citados.

¹ Doutoranda em Estudos Literários na Universidade Estadual de Londrina. Esse trabalho foi realizado a partir do estágio PDSE financiado pela CAPES (Proc. 9829-12-1) sob a orientação do Prof. Dr. José Joaquim Dias Marques (Universidade do Algarve/ Portugal)

A reflexão acerca do momento histórico vivido por esses personagens auxilia na compreensão dos motivos que os conduziram à vida criminosa. José do Telhado é o bandido aclamado popularmente como “Robin Hood português”. Ele se alistou no regimento dos *Lanceiros da Rainha*, participou de revoltas populares, foi condecorado com a medalha da Torre e Espada por salvar a vida do general Sá de Bandeira e, no entanto, com a mudança das diretrizes políticas, se viu perseguido por representantes do governo, desempregado e com uma família para sustentar. A partir desse momento, segundo as representações literárias acerca desse personagem, Zé do Telhado entrou para a vida criminosa, mas agiu de acordo com seus nobres princípios.

Remexido foi um guerrilheiro que lutou bravamente pelos interesses miguelistas na Guerra Civil (1823-1834), a qual opôs absolutistas, que apoiavam D. Miguel, e liberais, defensores de D. Maria. Após o exílio de D. Miguel, o governo português decidiu extinguir as revoltas localizadas que ainda demonstravam apoio à política absolutista. Diante desse quadro, Remexido resolveu manter-se escondido na Serra do Algarve, lugar de difícil acesso para o exército da rainha, e continuou com sua guerrilha particular conhecida como “A guerrilha do Homem da Serra” (1834-1838). Para subsistência de seu grupo, Remexido saqueou as vilas mais próximas e as estradas, ações que o qualificou também como bandoleiro.

João Brandão, conhecido como o “terror da Beira”, era de uma família liberal que foi acirradamente perseguida a partir de 1828. Com o fim da guerrilha que perseguia os miguelistas, a família conseguiu se restabelecer servindo no combate aos miguelistas insurretos. Mais tarde, João Brandão fez parte do concelho de Midões que elegia os deputados que iam para a capital. Em 1853, recebeu permissão para perseguir os ladrões e assassinos da Beira. Mesmo “agindo dentro da lei”, os excessos cometidos por João Brandão, enquanto exercia esse poder local, foram responsáveis por seu declínio posterior, uma vez que houve interesses políticos em condená-lo.

Em relação a esses bandidos, Diogo Alves é o que mais destoa, não apenas por ser um bandido cidadão, mas também por não ter um claro objetivo político. A conjuntura social que levou esse personagem à vida de crimes difere bastante em relação a dos outros, e seus motivos foram considerados mais sórdidos pela população e pelos autores que se dedicaram a narrar sua história.

Os crimes que mais causaram indignação popular foram cometidos no Aqueduto

das Águas Livres de Lisboa, o qual foi construído sob a ordem de Rei D. João V para o fornecimento de água potável para a cidade, e seu funcionamento se deu a partir de 1748. O “caminho dos arcos” era utilizado para ir dos bairros mais periféricos, como Benfica, passando por cima do vale de Alcântara, em direção ao centro da cidade. Diogo Alves possuía (não se sabe como) uma chave falsa de uma das galerias interiores dos arcos. Sua prática criminosa consistia em assaltar o transeunte solitário que percorria aquele caminho, e após roubá-lo, para evitar que houvesse delação, jogava-o do alto do Arco Grande. As obras relatam que esses roubos seguidos de assassinatos duraram cerca de 6 meses e, por falta de investigação policial, não se pode apurar o número exato das vítimas.

Embora tenha se tornado famoso pelos crimes do aqueduto, o bandoleiro foi julgado e condenado por um outro crime: o assalto à casa de um médico na Rua das Flores. As várias representações existentes sobre Diogo Alves imputam-lhe certo “pendor” e “satisfação” em relação ao crime. Tais características o tornaram o assassino mais caricato da literatura popular portuguesa. Em razão dessas peculiaridades, esse artigo tem como objetivo analisar a representação literária de Diogo Alves, o assassino do aqueduto.

Todos os bandoleiros citados tiveram várias representações literárias. Zé do Telhado é o que mais suscitou obras e tem um lugar marcado na tradição oral, não só em sua região, mas em todo Portugal. Histórias de bandidos, alguns heroificados como Zé do Telhado, sempre encantaram a imaginação popular. São figuras que cativam e empolgam por sua coragem e destemor, e outras vezes que aterrorizam por sua crueldade e frieza.

Não raro, o relato das façanhas desses personagens são caracterizados como literatura de aventuras. Nesse sentido, exercem a função de entreter o leitor, transmitindo àqueles que ouvem ou leem suas histórias uma sensação de liberdade e de poder que, geralmente, não desfrutam em suas vidas rotineiras. Roger Chartier ao analisar os folhetos² sobre um bandido popular francês do século XVII, Guilleri, argumenta:

Diferentes por sua data, origem, gênero, estilo, esses textos repousam, entretanto, sobre uma mesma solicitação do imaginário dos leitores,

² Chartier analisa o interesse popular pela leitura dos folhetos que hoje compõem o acervo da Biblioteca Azul, folhetos baratos que circulavam na França do Antigo Regime, muito dos quais narravam histórias de malandros, trapaceiros e bandidos, personagens que permitiam aos leitores conhecer não só os seus modos de vida e as suas sutilezas como também suas gírias, os jargões utilizados por eles e que eram empregados na escritura dos livretos. Entre os folhetos mais populares está a *Vida generosa dos andarilhos, mendigos e boêmios* (última edição em 1627) e *O vagabundo ou a história e o caráter da malícia e da trapaça daqueles que correm o mundo às expensas dos outros* (editado primeiramente em italiano em 1621). Ver (CHARTIER, 2004, cap. 8).

introduzidos no mundo inquietante e atraente, secreto e aberto, dos trapaceiros de toda espécie. Quer a ficção seja dada como verdade quer o discurso realista contenha intenções divertidas, picarescas ou burlescas, o objetivo é o mesmo: descrever a sociedade dos malandros, oferecer como leitura a perambulação vagabunda para aqueles que permanecem no lugar, a trapaça para os honestos, a aventura para quem só conhece a repetição familiar dos trabalhos cotidianos. (CHARTIER, 2004, p. 289).

Além de apresentar um tema popularesco, os folhetos instigavam a leitura por incluir nas publicações dicionários e/ou léxicos que permitiam aos leitores compartilhar da linguagem secreta dos malandros e do “estilo de vida” dos vagabundos. Tais características são a razão de seu sucesso na França do século XVII. A “fórmula editorial” (CHARTIER *apud* ABREU, 1999, p. 23), publicações em brochuras e em papel barato, é comum em toda a Europa e auxiliou na popularização da literatura erudita através de adaptações.

Considerado em Portugal como literatura de cordel, esse “gênero editorial” tornou-se bastante popular, praticado desde o século XVI, também divulgou textos literários antes restritos a um pequeno grupo social (ABREU, 1999, p. 24-25) e sua produção abarca uma grande variedade de assuntos e temas de diferentes gêneros e formas como “autos, pequenas novelas, farsas, contos fantásticos, moralizantes, histórias, peças teatrais, hagiografias, sátiras, notícias...além de poder ser escrita em prosa, em verso ou sob a forma de peça teatral” (ABREU, 1999, p. 21).

É dentro desse “gênero editorial” que foram produzidas grande parte das narrativas sobre Diogo Alves. Escritos em prosa: a coleção “Crimes e Criminosos Célebres”, sob a autoria de Belo Redondo e Tomé Vieira, publicou *Diogo Alves e a sua quadrilha* (18--); a coleção intitulada “Os Grandes Criminosos” publicou *Os crimes de Diogo Alves e da sua quadrilha* (1922); a coleção “Histórias Populares Portuguezas” publicou o folheto intitulado *História verdadeira e completa do celebre ladrão e assassino Diogo Alves* (19--); há também um folheto com o título *Vida, e Morte de Diogo Alves* (1841) escrito por Francisco Antonio Martins Bastos³.

No campo da poesia, tem-se duas publicações: *O supplicio de Diogo Alves: canto funebre...* (1841), escrito por Antonio Manoel Terras, e *Conversação nocturna que teve o reu Francisco Mattos Lobo, com a sombra de Diogo Alves* (1841) de autoria de A. J. P.. Trata-se de dois longos poemas compostos ao estilo romântico. O primeiro, de

³ Em razão das semelhanças de forma e conteúdo desses folhetos, eles serão referidos apenas genericamente como “folhetos” nesse artigo. Como “obras” refiro-me a toda a produção relacionada à Diogo Alves.

composição mais trabalhada e com vocábulos rebuscados, tece uma reflexão sobre a pena de morte imputada ao bandido e canta seus últimos momentos que vão da entrada no Oratório até o patíbulo. O segundo poema é um diálogo entre um bandoleiro preso, Francisco Mattos, e a alma de Diogo Alves que surge para lamentar seus infames crimes e admoestar o seu “sucessor” em atrocidades. Esse segundo poema possui uma linguagem com marcas evidentes de oralidade, característica resultante de sua própria especificidade dialógica que o torna mais fluído e, portanto, mais popular.

Em 1877, Leite Bastos publicou *O crimes de Diogo Alves*, obra que classificou como biografia romanceada e na qual narra a vida, os crimes e a relação do bandoleiro com sua quadrilha, inclusive com sua amante, situando histórica e socialmente as ações do personagem na cidade de Lisboa. É a obra mais vigorosa e detalhada existente sobre Diogo Alves por tencionar reconstruir o universo típico dos bandoleiros na época, se valendo, para tanto, da linguagem popular e das gírias dos malandros e vadios que perambulavam pelas ruas e vielas da capital.

Diogo Alves e os crimes do aqueduto (2003), de Artur Varatojo, também dedica-se à vida de crimes do personagem, no que se aproxima a todas as outras anteriores, porém, essa obra contém um capítulo inusitado intitulado “Estudo do crânio de Diogo Alves”. Artur Varatojo, formado em direito e medicina legal, foi um escritor dedicado à análise criminológica, conhecido popularmente como “Inspetor Varatojo”. Ele publicava crônicas semanais no jornal *A Capital* sob o título “O crime visto por Artur Varatojo”, teve programas televisivos e radiofônicos (“Na pista do crime”). Com sua formação voltada para o estudo criminológico, Artur Varatojo se aproveitou do fascínio popular pelo crime. No entanto, nesse caso, o que surpreende é o fato de sua análise sobre Diogo Alves ser baseada em conceitos cientificistas⁴ do século XIX, os quais são transmitidos como sendo plausíveis no século XXI.

Diogo Alves cometeu seus crimes entre os anos de 1836 e 1839. Sua alcunha era “o Pancada”, ele nasceu em Lugo na Galícia (Espanha) em 1810 e aos treze anos, como ocorreu entre muitos galegos, deixou os pais e foi tentar melhores condições de vida em Portugal.

⁴ Não é insignificante reiterar que esses conceitos cientificistas baseavam-se no racismo científico, na eugenia e na craniometria. No caso, a análise de Varatojo parte do princípio de que o crânio de Diogo Alves possuía anomalias que indicavam sua propensão inata para o crime.

De modo geral, essas obras apresentadas acima narram momentos cruciais da vida de Diogo Alves. Principiam comentando sua partida da Galícia, sua obediência aos pais, pobres e honrados camponeses, seu trabalho de boleiro (cocheiro) na cidade de Lisboa. Todos os autores afirmam que Diogo Alves não apresentava nenhum indício do assassino que viria a ser. Era, ao contrário, muito bom empregado e honesto.

No século XIX, era comum aos galegos saírem de sua terra e irem a Lisboa trabalhar como “criado de servir”. A intenção desses migrantes era conseguir uma economia suficiente para uma vida modesta na Galícia. Os galegos tinham já demarcadas as funções que poderiam exercer na capital portuguesa: aguadeiro, boleiro, “moço de recado”, criado doméstico, carregador, entre outras. Tais profissões eram vistas com desdém por serem trabalhos braçais e não qualificados, assim, aqueles que as exerciam eram alvo de preconceitos e ridicularizações⁵.

Diogo Alves, segundo os autores dos folhetos, obteve certa fama como boleiro. Inclusive, Belo Redondo e Tomé Vieira afirmam que ele era um profissional disputado no ramo. Afirmam ainda que, após esse princípio de vida calma e sem turbulências na capital, Diogo Alves começou a frequentar tavernas e viciou-se no jogo. É dessa forma que começou sua derrocada: bebia e jogava, não levava mais o trabalho a sério, conseqüentemente, o seu último patrão, ao perceber algumas mudanças em seu comportamento, o dispensou temendo um desenlace violento. Diogo Alves, já então com má fama, não conseguiu mais colocação profissional.

Os folhetos são unânimes ao apontar para a influência exercida pela taberneira Gertrudes Maria, a Parreirinha, sobre o personagem. Diogo havia a conhecido na tasca que esta mantinha em uma ruela chamada Águas Boas. Era uma portuguesa separada do marido e que morava com dois filhos. A taberna, segundo os autores, era mal frequentada, com aspecto sombrio e sujo e a taberneira é descrita como uma mulher vulgar, uma felina, tão sórdida quanto o lugar em que trabalhava. Diogo Alves se apaixonou pela Parreirinha, e essa mulher foi acusada pelos autores e pela tradição popular de ser a responsável pela perdição do galego. No folheto *Os crime de Diogo Alves*, da coleção “Os Grandes criminosos”, lê-se:

⁵ Esses imigrantes galegos eram vistos sobretudo como grosseiros, avarentos e, às vezes, beberrões. Há toda uma produção cultural portuguesa da primeira metade do século XIX que pretende ridicularizar a imagem desses imigrantes (JUSTO, 2011, p.41).

O seu conhecimento e ligação com uma mulher de baixa esfera como elle, mas de má conduta, e a sugestão que ella soube exercer sobre o seu pobre e fraco espirito compeliram-o á pratica de nefandos átos e a entregar-se a uma vida desregrada de vicio em que a taberna o iniciou e que d'ali para diante seguiu sempre até morrer.

[...]

E' aqui que começa a vida aventureira de Diogo Alves que o conhecimento de tal mulher instigou e impeliu para o crime como vamos vêr o que durou a sua acção no Aqueduto das Aguas Livres, a que Diogo Alves deixou ligado o seu nome. (ANONIMO, 18?, p. 4-5)

No caso, o papel atribuído à Parreirinha remete à concepção que se tinha da mulher naquele período histórico. Ela poderia ser a mulher honrada, submissa, que servia e ajudava o marido ou poderia ser a sua perdição. Parreirinha é descrita como “fera”, “gralha sinistra”, “monstro”, “abominação”, “mulher perversa” que ofereceu o “fruto proibido ao homem”. No mesmo sentido, em *Diogo Alves e sua quadrilha*, Belo Redondo e Tomé Vieira afirmam que

Mais do que a Diogo Alves, o ódio popular recaíu, principalmente, sôbre a Parreirinha, visou especialmente a amante do salteador. Ela ficou como o génio do Mal, a sinistra inspiradora das atrocidades que o outro praticou, pervertedora de um homem que, antes de a conhecer, fôra sempre orientado pelos preceitos da dignidade e da honra. A história de Diogo Alves, contada pelo Povo, reconstituída de reminiscência em reminiscência, transmitida de coração em coração, é a história de alguém que se perdeu por amor, que desceu às maiores vilanias e baixeiras para conquistar e manter a mulher que não o merecia.

(...)

(...) o ladrão e assassino só o foi por inspiração, alento e domínio da Parreirinha, que esta mantinha um extraordinário poder sôbre êle, colaborou activamente em muitas das suas tristes façanhas e que era para satisfazer os caprichos e necessidades da sua amante que o bandoleiro roubava e matava (REDONDO; VIEIRA, 1930, p. 13)

Apesar de a justiça condenar Diogo Alves à forca⁶ e de a população ter-se horrorizado com seus crimes, a visão concebida em torno da amante do bandido é ainda mais avassaladora, sendo ela tida como a “musa inspiradora” do criminoso, para a qual

⁶ Diogo Alves é considerado o último condenado à forca em Portugal. Sua execução se deu em fevereiro de 1841 (no mesmo dia também foi enforcado Antonio Martins, um dos membros de sua quadrilha). Sua cabeça foi guardada com intenção de análises criminológicas que revelassem seu pendor ao crime. Hoje pertence à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Apesar de ser popularmente veiculado a informação de que ele foi o último condenado a forca, há uma afirmação na biografia romanceada de Leite Bastos dizendo que Francisco de Matos Lobo, o mesmo bandido que tem a “conversação noturna” com Diogo Alves, foi executado no Algarve, na cidade de Lagos, em 1846 (BASTOS, 2006, p. 223). Assim, o dado controverso é provavelmente oriundo da tradição oral, que considera o bandido galego como sendo último enforcado, fato que também acaba sendo uma estratégia para a memorização e transmissão de sua lenda.

seus atos convergem. Essa culpabilidade atribuída à Parreirinha advém da formação machista e religiosa portuguesa e dos preceitos sob os quais eram qualificados a figura feminina no século XIX. O simples fato de ser mulher atrairia julgamentos duvidosos, como então qualificar uma mulher pobre, separada do marido e que trabalhava em uma tasca?

A mesma leitura religiosa feita acerca da Parreirinha norteia também a própria iniciativa dos autores ao narrar os crimes praticados por Diogo Alves. O objetivo explicitado nos textos é demonstrar o fim trágico do homem que escolhe viver uma vida de vícios, de vadiagem e de crimes. A questão moral e de cunho condenatório perpassa todos esses textos populares e também é o fio condutor do romance biográfico publicado por Leite Bastos *Os crimes de Diogo Alves* (1877). Para que se tenha uma visão mais ampla do estilo narrativo dessas obras, segue abaixo a introdução do folheto *Vida, e Morte de Diogo Alves*:

Não somente os homens insignes por virtudes, armas, e letras devem ser immortalizados pela historia, mas tambem aquelles que se fizerão celebres por seus crimes, porque de huns e outros sempre se tiraa resultado; os homens bons devem ser o modelo de nossas acções, assim como os perversos, o exemplo que nos faça abominar o caminho do crime. Parece que em nosso tempo não poderia apparecer hum homem, que com seu desordenado modo de vida, e desgraçado fim melhor impoesses hum freio á quasi geral abominação, que vemos grassar infelizmente em nosso paiz; nós sempre desejosos do melhor bem da nossa Patria, julgamos a preposito escrever a vida deste homem, que à poucos dias no patíbulo soffreu o castigo de seus crimes, para que a mocidade fuja como de viboras, de toda a má companhia, e deteste o amor do ócio, como origem de todos os males, e considere as paixões, como implacáveis inimigos, que dentro de seu coração nutre. Por isso deixando longas reflexões, que não serão inuteis, passaremos a narrar a vida de Diogo Alves, e seus horrendos crimes (BASTOS, 1841, p. 3).

Desse modo, a série de crimes praticados por Diogo Alves, bem como a pena capital que lhe imputaram, foi representada e concebida nessa literatura de acordo com uma doutrina moralista com o intuito de mostrar, principalmente aos mais jovens, o fim cruel que pode ter um homem que opta pelas más companhias e pela “vida fácil” de ladrão. É interessante pensar na recepção desses folhetos, cuja “fórmula editorial” pretendia alcançar leitores variados, dentre os quais se incluíam, majoritariamente, pessoas de baixa condição social⁷. Nesse sentido, possivelmente a publicação dessa literatura, mais particularmente

⁷ Por tratar-se de folhetos populares, deve-se considerar a veiculação oral das histórias. Essa forma de transmissão era primordial, uma vez que era alta a taxa de analfabetismo, abarcando cerca de 80% da população portuguesa (CORREIA, Luís Grosso. Centenário da República: O ensino primário na primeira

nesse caso, estava condicionada por um objetivo educativo e moralizante visando não só conter, indiretamente, a criminalidade na cidade de Lisboa, como também guiava-se por princípios iluministas pautados na ideia de formação moral do cidadão⁸.

Essa perspectiva, também relacionada aos índices de criminalidade da capital portuguesa no período, é ressaltada no romance de Leite Bastos, *Os crimes de Diogo Alves*, única obra que apresenta o contexto histórico social vivido pelo personagem, incluindo uma análise minuciosa do bandoleiro, embora também não se esquive do objetivo de “instruir para o bem” (BASTOS, 2006, p. 23):

A calçada do Duque era então sítio mal afamado, que as pessoas decentes evitavam.

As ruas da Condessa e dos Galegos, até ao pátio do marquês de Penalva, coito de vadios e das mulheres de má nota, formavam como que um bairro à parte da cidade, onde a acção da polícia se não atrevia a penetrar.

Na calçada do Duque, à direita, como quem vai para S. Roque, havia um taberninha que comunicava com o pátio do marquês, conhecida pela tasca da Joaquina do Forno, na qual a ronda chuchadeira nem ousava a meter o nariz.

Ali cantava-se, bebia-se e bailava-se o fandango, o solo inglês e o fado, a toda a hora do dia e da noite, ao mesmo tempo em que se jogava e esfaqueava qualquer freguês que não se conformasse muito bem com o *ajuste das contas*. A orgia era permanente.

Aquele labirinto de becos e casinhotos do pátio que se estende até à rua do Príncipe e é limitado pela frondosa mata, foi teatro de crimes e violências de toda a ordem.

Quem iria pedir ali ao assassino contas da vida de um homem?! A política absorvia todas as atenções.

A vida e a bolsa do cidadão estavam à mercê da população nómada que enxameava nas tabernas e vivia da pilhagem e do crime.

(...)

Mas, não só a cidade estava infestada de ladrões. Este mal estendia-se por toda a Estremadura.

A Beira, o Minho e Trás-os-Montes tinham à mercê deles os seus campos, as suas aldeias, as suas vilas e a suas cidades (BASTOS, 2006, p. 37-38).

A descrição de Leite Bastos é bastante detalhada ao apontar os lugares que normalmente eram considerados como sendo frequentados por bandoleiros. O fragmento mostra a negligência das autoridades competentes em sanar esses problemas sociais. No período, a cidade de Lisboa enfrentava uma tensão relacionada ao crime em razão de uma grave crise econômica, de um pequeno crescimento urbano e devido ao descaso do governo mais preocupado com as constantes revoltas e guerrilhas que despontavam no campo (Revolta dos Marechais, Guerrilha do Remexido, etc.). Ademais, em Lisboa, a política

república – O homem vale, sobretudo, pela educação que possui. In.: Revista Seara Nova, n. 1713, 2010. Disponível em www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163). Acessado em 19/03/2014.

⁸ É importante destacar que nesse período há certa preocupação em relação à formação plena (moral, educacional) do cidadão devido à constituição do Estado-nação (BAUMAN, 2013, 7 - 21).

governamental privilegiava os nobres e a nascente burguesia, deixando a população, em geral, marginalizada.

Ao entrar no mundo do crime, Diogo Alves se tornou chefe de bando. Seu primeiro alvo, como já foi dito, foi realizar assaltos no Aqueduto das Águas Livres. Há alguns autores que dizem que os crimes do aqueduto foram praticados apenas por ele. Duas narrativas fílmicas existentes sobre o personagem, a primeira de 1909 (inacabada) e a segunda de 1911 - ambas intituladas *Os crimes de Diogo Alves* - representam o personagem e seu bando agindo conjuntamente no aqueduto⁹. Logo, não há um consenso entre as várias representações literárias e fílmicas. No filme de 1911, nas cenas em que Diogo joga as vítimas do aqueduto, sempre há uma comemoração feliz do personagem com pulos e urros de alegria. Essa representação do bandido como alguém que se comprazia no crime também aparece nos folhetos, embora com menor fulgor.

As pessoas que por ali passavam, na grande maioria, eram pobres comerciantes e lavradores que iam vender suas produções na cidade. Após a queda, a vítima ficava irreconhecível, não sendo possível saber se havia sofrido qualquer agressão física. Essa característica e o fato de haver vigilância nas entradas da galeria fizeram as autoridades supor que se tratava de uma onda de suicídios.

Os jornais apenas noticiavam as seguintes mortes em notas de rodapés, sem dar grande importância ao assunto, às vezes com o subtítulo “Notas Diversas” (MOUTINHO *apud* BASTOS, 2006, p.15). No folheto *História verdadeira e completa do célebre ladrão e assassino Diogo Alves* da “Coleção Histórias Populares Portuguezas”, o autor menciona um diálogo que representa a crença popular a respeito do que ocorria no Aqueduto das Águas Livres:

D’uma vez o Carioca juntára-se com alguns amigos e como se demorasse mais do que tencionava, resolveu tomar o caminho de Bemfica pelo aqueducto, e assim o comunicou aos companheiros que tentaram dissuadi-lo, lembrando-lhe que parecia estar excomungado aquelle caminho pois quem o transitava era acommettido do desejo de pôr termo á existência. (ANÔNIMO, 19--., p. 7)

O personagem Carioca não ouviu seus companheiros por acreditar que se tratava

⁹Segundo os relatos, a quadrilha de Diogo Alves era composta por Beirão Rachado (Manuel Joaquim da Silva, soldado), o Enterrador (João das Pedras, galego), o Pé de dança (José Candido Coelho, galego), Antônio Palhares (soldado), Antônio Martins (caixeiro, galego), a Parreirinha (Gertrudes Maria, amante), José Manoel Lopes (guarda barreira, galego), Cosme de Araujo (galego), entre outros citados pelos autores, a maioria galegos.

de credices e fez o caminho como havia pensado. No dia seguinte foi encontrado morto no leito da ribeira de Alcântara, debaixo do Arco Grande. Devido a grande quantidade de mortes que ocorreram no aqueduto, o governo fechou a passagem, desse modo, Diogo Alves foi obrigado a encontrar outros meios de continuar seus roubos.

Em *Os crimes de Diogo Alves*, da coleção “Os grandes criminosos”, há menção a um assalto singular, no qual Diogo não conseguiu matar a vítima:

Um dia porém veio a conhecer-se o autor de tantos crimes: foi o caso que um outro criado da infanta quando ia receber as soldadas encontrou no caminho dos arcos Diogo Alves que lhe perguntou para onde ia, ao que elle respondeu informando-o do fim a que ia.

A’ volta Diogo Alves que esperára por elle saindo-lhe ao encontro de faca em punho ordenou ao criado que lhe entregasse o dinheiro. Motejou com o servo da infanta e dispunha-se a vir-se embora quando reconhecendo os intuitos de Diogo Alves levou a mão á algibeira na intenção de tirar de lá o dinheiro que consigo trazia mas puchando para o facinora uma pistola o que o deixou aterrado.

Aos gritos do criado acudiu logo gente mas Diogo Alves teve ainda tempo de fugir conseguindo safar-se por umas terras.

Assim acabou a parte mais trágica da vida d’este facinora passada sobre estes arcos e que apenas existe na voz do povo. (ANÔNIMO, 1922, p. 6)

Essa referência aparece em algumas das obras e em ambos os filmes, no entanto, se foi um episódio verídico não há como saber, mas o fato é que possivelmente a polícia já possuía pistas para investigar o caso, o que não foi feito, visto que, até então, não havia interesse por parte do governo em descobrir o criminoso. Muitas foram as pessoas assaltadas e mortas por Diogo Alves, e são também muitas as histórias que se contaram acerca de cada vítima. Entretanto, o desinteresse resultava da própria marginalidade daqueles que transitavam pelo “caminho dos arcos”. Qual seria a relevância de uma investigação que pretenderia prender um ladrão e assassino de pessoas pobres? Apesar da vultuosidade dos crimes do aqueduto, essa fase de Diogo Alves e de sua quadrilha é referida nos folhetos como sendo menor em relação ao crime que se sucedeu.

Ignorado os crimes do aqueduto, Diogo e seu bando foram julgados e condenados apenas pelo crime da Rua das Flores que ocorreu depois de haverem fechado o “caminho dos arcos”. Em razão da importância e consequência desse crime para o desfecho da vida do personagem, é necessário um pequeno resumo.

A quadrilha comandada por Diogo Alves reuniu-se por diversas vezes para planejar o atentado contra o Dr. Andrade. Receberam a ajuda de um criado da casa, o Manuel Alves, que facilitou a entrada dos bandidos. O criado Manuel foi impelido para o

grupo pelo primo, um caixeiro de uma taberna que também fazia parte da quadrilha. Na noite do crime, o Dr. Andrade não estava na casa, apenas uma senhora viúva¹⁰ com suas duas filhas e um filho, José Elias Correia Mourão¹¹, que visitava a família, visto que estudava em Coimbra. Os bandidos mataram as vítimas por estrangulamento e, em seguida, recolheram o dinheiro e os objetos de interesse. Os autores que narram o episódio afirmam que foi homicídio seguido de roubo em razão da prática criminosa de Diogo Alves de não deixar testemunhas. É imprescindível comentar que esse roubo causou um imenso prejuízo ao médico, motivo que levou os autores dos folhetos a qualificá-lo como “maior” comparado aos do aqueduto¹².

Esse crime chocou os lisboetas e foi largamente noticiado por tratar-se de uma família ilustre. O grande alvoroço causado fez com que a polícia ficasse determinada a encontrar os assassinos e, assim, esse foi o único crime cometido por Diogo Alves e por seu bando que foi devidamente investigado, com ressalvas a uma pequena referência ao assalto cometido contra uma estaqueira (dona de uma tabacaria) que testemunhou contra o bandido no julgamento.

Através da pista deixada pelo criado Manuel Alves (dado como desaparecido), que se arrependeu amargamente e, por isso, foi assassinado por Diogo e seu bando, a polícia chegou aos culpados. Todos receberam sua pena: Diogo Alves, Antônio Martins, Palhares e Beijo Rachado foram condenados à pena de morte, outros membros do grupo e a Parreirinha foram condenados ao degredo perpétuo em colônias africanas.

Dentre as testemunhas estavam a estaqueira que foi roubada pela quadrilha e a filha de onze anos da Parreirinha, a qual as obras dizem que a mãe mandou Diogo matar

¹⁰ Algumas obras afirmam ser essa senhora uma parenta do Dr. Andrade, viúva de seu irmão, outras mencionam que era apenas uma senhora cuja família o médico sentiu “compaixão” e acolheu.

¹¹ Em nenhuma das obras aparece o nome das mulheres vítimas dessa assalto, apenas o nome do filho. Nota-se nessa ausência, principalmente do nome da mãe, o mesmo descaso em relação à representação da mulher na sociedade do período.

¹² O crime é medido pelos autores como sendo maior por tratar-se de uma família ilustre. Em *Os crimes de Diogo Alves e da sua quadrilha*, o autor refere-se ao crime da Rua das Flores como “o maior de todos de Diogo Alves, pela avultada importância do seu roubo, (...)”, foi todavia d’uma altíssima importância para a polícia não só pelo facto do bom nome da família atingida, pelo golpe audaz e certo do temível faquista, como também pelos sinais evidentes de cumplicidade portas a dentro d’aquela casa e que serviriam de pista a posteriores pesquisas levadas a efeito com grande sucesso caindo pouco tempo depois na alçada da justiça para apuramento de responsabilidades toda a quadrilha do famigerado assassino”(ANÔNIMO, 18?, p. 11). Vale também destacar que o médico Dr. Andrade, segundo as obras, não ofereceu à família morta um enterro digno, sendo todos enterrados em vala comum. Os variados autores conjecturam hipóteses para a “estranha” atitude do médico. Ao que parece, a negligente e cruel decisão do Dr. Andrade vem da tristeza maior em perder parte de sua fortuna.

porque talvez tivesse ouvido e visto a morte do criado Manuel Alves e era, assim, testemunha ocular dos planos encetados pelo bando. Diogo se recusou a matar a menina afirmando que esta de nada sabia porque estava dormindo.

Um dos crimes de Diogo que ficou marcado na tradição oral de Lisboa (inclusive referido pelo coorientador desse trabalho, J. J. Dias Marques, que se lembra de ter ouvido essa narrativa de sua avó, falecida em 1978) foi o homicídio que dizem que ele cometeu contra uma criança que jogou do aqueduto. No momento em que foi lançar a menina do arco, conta-se que esta sorriu para ele. A tradição diz que este foi o único crime do qual o temível bandoleiro se arrependeu. Esta história não se encontra nos folhetos publicados sobre os crimes de Diogo Alves, apenas no filme de 1911 há uma cena de Diogo jogando uma menina dos arcos e arrependendo-se em seguida. Com tal representação, a lenda ameniza, ou melhor humaniza, de certa forma, a imagem facinorosa que é veiculada a respeito do bandoleiro.

Na história de Lisboa, Diogo Alves ficou profundamente ligado ao Aqueduto das Águas Livres, sendo mais lembrado em relação a esse monumento do que o nome dos próprios engenheiros, como afirma José Viale Moutinho no prefácio da obra de Leite Bastos. Em 2012, o bandido mereceu uma pequena menção em uma revista popular de Lisboa, *Time Out*, a qual, na semana em que se comemorava o dia de Halloween, publicou um número especial apresentando todos os lugares da cidade considerados como mal assombrados. Nessa edição, a lenda de Diogo Alves aparece acompanhada de uma foto de sua cabeça:

Diogo Alves (1810 -1841), o famoso assassino em série que tirou a vida de pelo menos 70 pessoas, atirando-as do alto do Aqueduto das Águas Livres, constitui “um dos mais misteriosos casos da criminologia em Portugal”, na opinião de Francisco Moita Flores, escritor e ex-inspector da Polícia Judiciária. “Os jornais da época falavam de um monstro que habitava o aqueduto, de uma alma penada que existia em Lisboa, diziam que o diabo andava á solta”, afirma. “Foi um mistério que empolgou a cidade durante anos. Até se descobrir a verdade, atribuíam-se os crimes a causas sobrenaturais.” Diogo Alves foi o último condenado à morte em Portugal – por enforcamento. E aquilo que se acredita ser o seu crânio está hoje em exposição no Museu da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. (*Time Out Lisboa*, 31out – 06 nov/2012, p. 20)

O trecho apenas apresenta o bandido e menciona a aura misteriosa com que ficaram marcados os seus crimes, nunca investigados. A revista anuncia que se tratava de um número mínimo de setenta mortes, número assustador tendo em vista que tais homicídios foram realizados durante o período de seis meses. Essa informação, muito

provavelmente falsa e imprecisa, busca perpetuar e intensificar a lenda criada em torno do bandoleiro e do aqueduto. A ideia de ser algo sobrenatural que fazia com que as pessoas que passassem pelo Caminho dos Arcos fossem acometidas de uma vontade insana de se atirar de lá, foi, presumivelmente, uma explicação popular para um mistério que rondava a cidade e a estarecia com acontecimentos que se tornaram recorrentes e desconhecidos, e que, de fato, nunca foram plenamente esclarecidos.

Uma análise minuciosa acerca do personagem Diogo Alves vai além de uma leitura superficial dos relatos literários, da biografia e dos filmes realizados sobre ele. Esse bandido requer um profundo estudo histórico acerca da época em que viveu, um estudo que lance luz em muitos pontos ocultos que permeiam sua história, a começar pelas condições de vida a que eram submetidos os galegos que iam para Portugal a procura de melhores oportunidades e eram os únicos que se sujeitavam às profissões braçais.

As obras existentes sobre esse bandido possibilitam compreender muito do momento histórico, e principalmente do pensamento da época, visto que as narrativas estão repletas de preconceitos não só contra os galegos, que eram muitos, mas também em relação às mulheres, pelo fato de haver um consenso entre os autores de que a culpa da “perdição” de Diogo Alves estava em seu relacionamento com a Parreirinha. Em todas as obras ela é a “Eva” que oferece o “fruto” proibido a “Adão”.

Os folhetos e as obras literárias sobre Diogo possuem um objetivo comum: pretendem mostrar o fim trágico que pode ter uma pessoa que se deixa influenciar por “más companhias”, decindo sair do “caminho do bem” a fim de gozar de uma “vida fácil” e aventureira de bandido. As representações literárias partem de um discurso que, na maioria das vezes, veicula apenas um dos lados que envolvem a questão. Quando é mencionada a negligência policial e governamental, essa vem expressa com sutileza, quase ofuscada pelo objetivo maior da narrativa: formar cidadãos decididos a afastar-se do mau caminho.

A história de Diogo Alves está cheia de lacunas que não podem ser respondidas com análises contemporâneas que partem de uma metodologia criminal comum ao século XIX. Os motivos que levaram esse bandido a cometer tais atrocidade ficaram perdidos no tempo e espaço devido a uma iniciativa política e policial que importava mais em exterminar o agente do mal sem compreender as razões que o originaram. Os crimes

perpetrados por Diogo Alves, cuja personalidade foi qualificada de fria, calculista e insana, podem ter sido frutos de um problema histórico social, existencial, psicológico ou mesmo oriundos de uma revolta pessoal contra sua condição marginalizada. Todavia, seu julgamento e sentença, tão rapidamente atribuídos, denunciam o completo descaso em que estava a população nas mãos de um Estado mais interessado em punir.

Diante dessas questões e da significativa produção literária sobre Diogo Alves, que além de entreter, possuía objetivos educativos e moralizantes, conclui-se que a emergência do tema nessa literatura popular tinha também uma função paliativa que se aliava a um discurso religioso na tentativa de conter a crescente criminalidade. Para tanto, a figura de um imigrante galego que era tido como honesto e trabalhador e que se deixa levar pela “vida fácil” e aventureira de ladrão, sendo ao cabo julgado e condenado a forca, serve como um excelente caso para exemplificação.

A lenda criada em torno de Diogo Alves é uma matéria bastante profícua para a literatura de aventuras¹³, como bem aponta Moutinho no prefácio da biografia de Diogo Alves, no entanto, é imprescindível que ela seja considerada a partir de um ponto de vista crítico em relação ao contexto histórico, social e cultural da época em que surgiu. Nesse sentido, a reconstrução da linguagem dos bandoleiros e da paisagem urbana de Lisboa no período, representada em *Os crimes de Diogo Alves*, somada às informações presentes nos relatos existentes nos folhetos, dão a dimensão da representação popular do personagem em diversos momentos, fornecendo conteúdo para uma compreensão do seu significado social, bem como para reflexões literárias envolvendo a narrativa oral e popular.

Referências

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ANÔNIMO. **História e vida de Diogo Alves e da sua quadrilha: narrativa verdadeira das façanhas do célebre bandido**. Lisboa: Francisco Romero, [19--].

_____. **História verdadeira e completa do célebre ladrão e assassino Diogo Alves**. Coleção: Histórias populares portuguesas. [S.l. : s.n., 19--].

_____. **Os crimes de Diogo Alves e da sua quadrilha**. Coleção: Os grande criminosos. Lisboa: Liv. Barateira, 1930.

BASTOS, Francisco António Martins. **Vida e Morte de Diogo Alves**. Lisboa: na Typ. de

¹³ Esse ano, 2014, foi lançada mais uma obra sobre Diogo Alves intitulada *O assassino do aqueduto*, de Anabela Natário, que não pode ser incluída nesse artigo por ser uma produção bastante recente.

F.C.A, 1841.

BASTOS, Leite. **Os crimes de Diogo Alves**. Porto: Esfera do Caos, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BELO, Redondo; VIEIRA, Tomé. **Crimes e criminosos célebres: Diogo Alves e sua quadrilha**. Lisboa: Guimarães, 1930.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORREIA, Luís Grosso. Centenário da República: O ensino primário na primeira república – O homem vale, sobretudo, pela educação que possui. In.: **Revista Seara Nova**, N. 1713, 2010. Disponível em www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/163. Acessado em 19/03/2014

JUSTO, Carlos Pazos. “A imagem da Galiza e dos galegos em Portugal entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX: do imagotipo *negativo* ao imagotipo *de afinidade*”. In.: **VEREDAS 16**. (Santiago de Compostela, 2011), pp. 39-70

P, A. J.. **Conversação nocturna que teve o reu Francisco Mattos Lobo, com a sombra de Diogo Alves**. Lisboa: Typ. de F. C. A.. 1841.

TERRAS, Antônio Manoel. **O supplicio de Diogo Alves: canto funebre...** Lisboa: Typ. De Mathias José Marques da Silva, 1841.

VARATOJO, Artur. **Diogo Alves e os crimes do aqueduto**. Lisboa: Correio da Manhã, 2003.

Revistas

Time Out Lisboa. 31 outubro a 6 de novembro 2012. Nº 266.

Filmes

Os crimes de Diogo Alves. 1909. Lisboa. Direção: Lino Correia. (inacabado)

Os crimes de Diogo Alves. 1911. Lisboa. Direção: João Tavares. (curta metragem)

[Recebido: 20 mar. 14 - Aceito: 02 mai. 14]

